

[Vem aí: Mapa da Violência de Gênero, a plataforma interativa da Gênero e Número](#)

Em formato interativo inédito, Mapa da Violência de Gênero reúne dados e leis sobre violência contra mulheres e população LGBT+

✘ Criada pela [Gênero e Número](#) com apoio da ALTEC, plataforma apresenta registros de agressões por localidade e permite cruzamento online de grande volume de dados.

O Mapa nasce com o propósito de denunciar e exigir a produção de dados cada vez mais qualificados, que apoiem o avanço de políticas de prevenção e enfrentamento à violência. Nesse percurso, o acesso à informação e a reflexão crítica são ferramentas centrais no combate à barbárie.

Aguarde: lançamento em breve!

Para mais informações: contato@generonumero.media

[Bispa Sonia: “Queremos ajudar mulheres que chegam ao altar com o olho roxo”](#)

Uma das fundadoras da igreja evangélica Renascer em Cristo, Sonia Hernandez, atende por mês cerca de 100 mulheres pedindo ajuda para sair de uma situação de violência doméstica. “Elas nos procuram no altar com os olhos roxos, hematomas nos braços e nas pernas e relatando ameaças de morte por parte dos maridos”, diz Sonia

[\(Universa, 10/07/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Bispa Sonia, como é conhecida, diz ter criado um grupo de advogados voluntários para orientar essas mulheres. A evangélica também pretende implementar em suas igrejas o projeto Tempo de Despertar, aplicado na ressocialização de homens agressores. O programa, que hoje funciona em fóruns de Justiça de São Paulo, promove tratamento psicológico e grupos de conversa para homens, na tentativa de diminuir a reincidência das agressões.

O Tempo de Despertar deve ser expandido para outras duas igrejas evangélicas e ma congregação católica.

Sem saber como fazer uma denúncia, com medo do marido ou de serem, injustamente, culpadas por destruir a família ao fazer uma queixa, muitas vítimas encontram na igreja a tábua de salvação, e nos líderes religiosos aqueles que vão lhes dizer o que devem fazer. Para Sonia, muitas denominações falham nesse trabalho. “Sei que há instituições religiosas, e não só evangélicas, que fazem a mulher aceitar se calar. Isso arreventa a vida delas”, diz.

Sonia já foi um dos grandes nomes do movimento neopentecostal no Brasil. Depois de um período reclusa e outro detida, voltou a público com a eleição de Jair Bolsonaro, de quem é próxima — esteve ao lado do presidente na posse e na Marcha para Jesus, em 20 de junho. Ela e o marido, Estevam Hernandes, fundaram a Renascer em 1986 e chegaram a ter 1.200 templos (hoje são cerca de 400). A igreja entrou em derrocada por volta de 2002. Uma série de acusações criminais foram golpes duros. Em 2012, o casal foi absolvido do crime de lavagem de dinheiro pelo Supremo Tribunal Federal por causa de um erro na acusação.

“Igrejas que dizem para não denunciar estão assinando o atestado de óbito da vítima”

A negligência em casos de violência é tão recorrente, que lideranças religiosas e associações têm instruído, de maneira prática, seus integrantes a ouvir e ajudar as vítimas. O Conic (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil), que reúne as igrejas Católica, Luterana, Anglicana, Batista, Presbiteriana e Ortodoxa, divulgou um comunicado no dia 22 de junho direcionado a pastores, padres e reverendos: “Parem de aconselhar a mulher que é agredida fisicamente pelo marido a orar e esperar em Deus; mandem ela ir [até uma delegacia denunciar o covarde](#). Do contrário, vocês são cúmplices do crime”.

“Ainda há muitos religiosos que aconselham as mulheres a se calarem para ‘salvar o casamento’, mas é preciso que eles tomem consciência de que, quando pedem para a mulher não denunciar o marido agressor, podem, na verdade, estar assinando o atestado de óbito da vítima”, diz a secretária-geral da Conic, Romi Bencke.

Outra denominação evangélica, a Igreja Apostólica da Fonte, também se dedica ao tema e realizou, no dia 6 de junho, a conferência “Empoderadas em Deus”, para falar sobre violência doméstica. “O fator religião pode confundir a vítima, que pensa duas vezes antes de denunciar pelo medo de dismantelar a família, um pilar fundamental na igreja”, afirma Rúbia de Sousa, autointitulada bispa. “Tentamos mostrar que essa culpa não é dela e a encaminhamos para psicólogas.”

“Pastora me dizia que eu não deveria me separar mesmo que ele me batesse”

Foi com uma referência à Bíblia que a pastora de uma igreja evangélica respondeu ao pedido de ajuda da dona de casa M. D., 27 anos, quando ela contou que era espancada pelo marido. “Os humilhados serão exaltados”, disse a religiosa, que ainda orientou M. a jejuar, passar sete madrugadas orando e “aguentar as humilhações” do agressor.

“Ele me dava tapas no rosto, me chamava de vagabunda, já me empurrou da cama e disse que ia passar a faca em mim. Pedi ajuda para essa líder e fiz o que ela disse, mas não resolvia. Estava morrendo por dentro”, conta M.

Ela ouvia que não deveria se separar e que tinha que ser forte e aguentar as explosões de raiva do marido, mesmo que ele a agredisse fisicamente. “Um dia, ele me segurou pelo pescoço dizendo que ia me matar. Em seguida, contei para a minha irmã, que chamou a polícia. Fui então levada a um abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica”, diz M., que hoje que mora em Rondônia, em uma casa de acolhimento para mulheres agredida.

“[Depois que me separei](#), ninguém da igreja me procurou para saber como eu estava, pois eles são contra o divórcio.”

Por Camila Brandalise

Prevenção da violência contra a mulher deve integrar currículo escolar, decide Comissão da Câmara

A prevenção de todo e qualquer tipo de violência contra a mulher deverá ser incluída nos currículos da educação básica. É o que determina o Projeto de Lei (PL) [598/2019](#), do senador Plínio Valério (PSDB-AM), aprovado nesta terça-feira (2) na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). O texto seguirá para a Câmara dos Deputados, se não houver recurso para análise em Plenário.

[\(Agência Senado, 03/07/2019 - acesse no site de origem\)](#)

A legislação vigente hoje inclui os conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra crianças e adolescentes nos currículos escolares. Entretanto, não cita as mulheres. Para Plínio, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação ([Lei 9.394, de 1996](#)) precisa ser alterada, pois é “urgente uma inflexão no padrão cultural brasileiro para alcançar de fato a igualdade entre homens e mulheres prevista na Constituição Federal”.

Segundo o senador, a mulher brasileira tem sido relegada a plano secundário em vários âmbitos, numa realidade que muda a passos muito lentos. Embora esteja cada vez mais presente no mundo do trabalho, mantendo seu papel estruturante na família, a mulher recebe menos que o homem no desempenho das mesmas tarefas, frisou Plínio Valério. Na vida política, ela tem sido sistematicamente sub-representada. No entanto, nada parece estigmatizar mais a mulher do que a sua sujeição à violência, destacou.

A relatora, senadora Daniella Ribeiro (PP-PB), considerou a aprovação do texto um momento histórico, uma conquista relevante em prol das mulheres que até agora só obtiveram avanços para tratar as consequências da violência, como a Lei do Feminicídio. Em sua opinião, é um marco poder ensinar a meninas que não aceitem violência física e psicológica, e aos meninos que a violência não deve ocorrer nunca e que eles não precisam reproduzir padrões negativos e violentos enraizados na sociedade.

— Se a gente não tratar do tema dentro das escolas, vamos enxugar gelo — afirmou Daniella.

A senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) afirmou que a questão da violência não pode ser tratada apenas em relação às mulheres, já que crianças, jovens e idosos também sofrem com o problema.

'Tentei algumas vezes proteger minha mãe das agressões do meu pai', por Luiza Brunet

Os filhos da violência doméstica também são vítimas do agressor. O Brasil ignora as crianças que testemunham suas mães em situação de perigo dentro de casa. Elas carregam consequências por toda a vida e precisam de atendimento e proteção

[\(O Globo, 02/07/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Eu me lembro como se fosse ontem. Um flash me vem nítido na memória. Tinha 7 ou 8 anos e ainda vivia com minha família em Itaporã, no Mato Grosso do Sul, onde nasci. Tentei algumas vezes proteger minha mãe das agressões do meu pai. Ele sofria de alcoolismo e, quando bebia, brigava, ameaçava e agredia a minha mãe. A agressão física aconteceu de fato uma vez. Um tapa. Era comum ele tentar feri-la com arma ou faca, o que configurava uma agressão psicológica e moral terrível. Eu era a única filha entre meus cinco irmãos que entrava na frente dela na tentativa de protegê-la do meu pai, que eu também amava. Essa história tem 50 anos e ainda me dói.

São lembranças que marcaram minha infância tanto quanto a violência doméstica que sofri na maturidade dos meus 54 anos. As crianças também são vítimas indiretas de um agressor. E carregam consequências por toda a vida.

Eu era pequena quando, ao lado de minhas quatro irmãs e do meu irmão, vi meu pai pegar um revólver que guardava em casa e mirá-lo na direção de minha mãe, ameaçando matá-la. Pouco me lembro das razões exatas da briga, mas ainda hoje reconstituiria a cena em detalhes. Ele era um homem ciumento. Naquela hora, lembro do meu pavor de criança. Achei que ele realmente fosse matá-la.

Foi um momento tenso para todos nós. Meu pai imediatamente desviou o revólver apontado para minha mãe e atirou na parede da sala. Nossa casa não era de alvenaria, mas de madeira. A bala atravessou a parede. Ele foi dormir. Minha mãe, triste, fez o jantar e ficou em um canto da casa. Fomos deitar. No dia seguinte, nenhuma palavra sobre o assunto. Assim era o jeito como ela conseguia lidar com aquela situação dramática e conosco. Creio que tentava nos proteger dessa forma, com o silêncio. Fingíamos que nada havia acontecido. Mas era uma rotina tensa.

Em outra ocasião, a cena com o revólver se repetiu. Morávamos na zona rural e criávamos animais no quintal. Tínhamos um porco, que criávamos para assar no Natal. Isso era comum no interior. Meu pai pegou o revólver e, furioso com a minha mãe por algo que não lembro mais, novamente apontou a arma para ela e depois disparou um tiro contra o animal. Lembro até hoje do grunhido agudo antes do bicho morrer. No dia seguinte, como um ato banal e sem maiores consequências, minha mãe cozinhou o porco como se nada tivesse acontecido. Mas nenhum de nós, filhos, quis comer.

A gente tentava superar os problemas, mas a vida seguiu assim por muitos anos. Até hoje não gosto de Natal. Meu pai bebia e eu lembro de brigas terríveis nessa data. Uma vez um espeto

de churrasco foi usado por ele como arma. Ela correu e se trancou no quarto. Estava tão transtornado que, com raiva, cravou o utensílio com toda a força no próprio punho esquerdo. Embora fosse violento com a minha mãe, ele não agredia as filhas.

Tudo isso me despertava sentimentos contraditórios na infância. Ao mesmo tempo que temia que minha mãe um dia fosse morta, eu tinha pavor que meus pais se separassem. Para uma criança que, possivelmente, não compreendia a dimensão e a gravidade da violência cometida, a ideia da separação parecia ainda mais desesperadora. Tinha medo que meu pai fosse embora e eu nunca mais o visse.

Ao longo dos anos, a criança que eu fui não sabia bem quando o pânico era maior: se quando meu pai ameaçava matar minha mãe ou quando ela dizia que ia se “desquitar” dele. Quando não estava alcoolizado, meu pai era uma pessoa extraordinária. Gosto de lembrar quando me dava responsabilidades, ainda pequena, como ir pagar uma nota promissória na cidade. Eu me sentia importante. São sentimentos infantis que precisam ser compreendidos nesse contexto.

Um dos grandes conflitos que tive na vida foi o dia em que minha mãe resolveu partir sozinha com os filhos para o Rio de Janeiro. Ela não aguentava mais tanta violência. E queria uma nova vida. Me lembro que ela tomou o ônibus em Campo Grande (MS) conosco, os filhos. Duas paradas depois, uma surpresa: meu pai subiu no ônibus e disse que iria junto para o Rio. Eu me compadecia e me solidarizava com a minha mãe. Mas confesso que senti um certo alívio de saber que ele embarcaria conosco naquela aventura para um lugar desconhecido.

Meus pais viveram sob o mesmo teto por 24 anos. As dificuldades eram imensas no Rio e as brigas prosseguiram. Eles se separaram quando, em mais uma ameaça de morte, minha mãe teve finalmente a coragem de denunciar. Ela fez um boletim de ocorrência numa delegacia em Pilares. A patrulhinha foi até a minha casa e meu pai, alcoolizado, passou uma noite preso. Ele voltou para casa no dia seguinte. Acredito que foi a gota d’água para minha mãe. Creio que aconteceu com ela o que acontece com todas as mulheres que passam por esse tipo de violência. Chega o dia em que você decide tomar uma atitude. O dia de dar um basta. É uma coragem genuína e repentina. Chegou o dia em que a minha mãe, depois de tantos anos, não viu mais sentido em manter o casamento com meu pai e pediu, de fato, a separação. Eu já tinha 18 ou 19 anos. Estava no meu início de carreira como modelo.

Ele voltou para o Mato Grosso do Sul. Vivia de vender terras. Eu passei a ajudar financeiramente minha mãe e meus irmãos, que continuaram no Rio. Ele, de longe, se orgulhava da filha famosa. Mas nos víamos pouco. Meu pai morreu aos 58 anos, seis anos depois da separação. Morreu do coração, com complicações de saúde decorrentes do alcoolismo.

Revisitar a história é isso. Imagine o quanto nós, filhos, suportávamos aquela rotina, presenciando a violência e o abuso psicológico, achando que a vida era aquilo. Assistíamos às cenas terríveis, rezávamos para tudo acabar e, no dia seguinte, seguíamos a vida normal. Acho que minha mãe só superou, de fato, tudo o que viveu quando eu me manifestei publicamente sobre a violência doméstica que sofri. Antes, era como se existisse um consenso mútuo e mudo de toda a nossa história familiar – porque nós nunca falávamos. Quando fiz a denúncia, no entanto, abriu-se um espaço para haver uma reparação que também incluía a história dela. Isso, logicamente, impactou toda a família.

O que conto sobre a minha história é muito comum em várias regiões do Brasil. É importante que se desenvolvam políticas públicas para os filhos da violência. É a forma de resgatá-los de

traumas e evitar que esses padrões se repitam. Ser testemunha ocular da violência que acontece dentro de casa configura o abuso psicológico em si. A Lei Maria da Penha, criada há 12 anos, tem sido importante nesse capítulo. Um avanço recente é a escuta protegida de menores. A lei garante o depoimento, uma única vez, em um lugar acolhedor. E prevê ainda que os filhos tenham direito a medidas protetivas contra o agressor.

Mas, no geral, pouco se avançou em políticas voltadas para as consequências sofridas pelos filhos de mulheres agredidas. Muitos deles são órfãos do feminicídio. Neste momento, milhares de crianças estão sendo expostas em seus lares a essa triste cena: ver o pai agredir a mãe. Precisamos falar sobre isso. Com rigor, responsabilidade e urgência.

Luiza Brunet é modelo, empresária e ativista no combate à violência doméstica.

[Gravidez precoce é principal motivo para casamento infantil, diz estudo](#)

Levantamento de ONG investiga causas e consequências de uniões na adolescência

[\(Folha de S.Paulo, 25/06/2019 - acesse no site de origem\)](#)

A [gravidez na adolescência](#) é a principal razão que leva meninas a se casarem antes dos 18 anos, segundo um estudo da organização Plan International. O desejo de se casar, a perda da virgindade e a necessidade de sair de um lar conflituoso são os motivos que aparecem em seguida. O levantamento, intitulado “Tirando o Véu”, foi realizado entre novembro de 2017 e abril de 2018 em quatro cidades na Bahia e no Maranhão: Salvador, Camaçari, Mata de São João e Codó.

O estudo, qualitativo, entrevistou 217 pessoas, sendo 13 adolescentes casadas, 19 mulheres que se casaram quando eram menores de idade e 12 homens que se casaram com meninas. A pesquisa também ouviu famílias, líderes comunitários, agentes públicos e adolescentes que não se casaram.

Bahia e o Maranhão estão em quinto e décimo lugares, respectivamente, no ranking de casamentos ou uniões de meninas adolescentes registrados pelo IBGE em 2015. A atuação da ONG nesses estados facilitou a aproximação com as meninas e a realização da pesquisa.

De acordo com um estudo do Unicef de 2016, o Brasil tem o maior número de casos de casamento infantil da América Latina e o quarto no mundo. O problema afeta principalmente as meninas, que, de forma geral, se casam com parceiros mais velhos. Segundo dados do IBGE de 2016, foram 28.379 uniões de meninos de até 19 anos, contra 109.594 de meninas.

A pesquisa da Plan busca entender os motivos e os desdobramentos de uniões precoces no país, informais e no papel, explica Viviana Santiago, gerente de gênero da organização. É a primeira vez que realizam o levantamento.

“Não temos no Brasil muitos estudos sobre casamento infantil”, diz ela. “Por isso é difícil elaborar políticas públicas sobre o assunto.”

Para Gabriela Mora, oficial do programa de adolescentes do Unicef no Brasil, a pesquisa é importante para chamar atenção para um tema invisível no país. “Ainda que seja um levantamento regional, mostra normas sociais presentes na sociedade brasileira como um todo, que permitem que o casamento infantil seja tolerado”, diz.

No levantamento, entre os 44 casos de uniões durante a adolescência estudados, em 15 a motivação foi a gravidez precoce. Segundo Mora, o estudo tem o mérito de mostrar que o casamento infantil e a gravidez na adolescência são fenômenos vinculados.

“Houve uma redução nos casos de gravidez precoce de 2006 a 2016, mas não é significativa quando comparada à queda da taxa de natalidade da população como um todo. E há desigualdades regionais profundas. Isso é preocupante”, diz Mora.

Santiago lembra que a gestação é tanto causa como consequência direta do casamento infantil. “Muitas vezes, a maternidade é uma forma de manter a menina em casa, deixá-la presa à dinâmica familiar”, diz.

Depois da gestação, o desejo de se casar aparece como a segunda motivação. Essa é uma das particularidades do Brasil e da América Latina, segundo Santiago: o fato de as uniões serem consentidas. Em outros países, é comum que a menina seja prometida para um homem em troca de dinheiro ou por questões culturais.

Santiago, entretanto, diz que é preciso relativizar esse consentimento, porque muitas vezes a menina opta pelo matrimônio por não ter outro projeto de vida. Isso também costuma ocorrer se a jovem vive em um lar violento ou é muito controlada pela família.

“Acho que o casamento é uma fuga. A esperança de uma vida melhor”, diz ela. Na pesquisa, a saída de um lar conflituoso aparece como a terceira motivação mais comum, junto com a perda da virgindade.

“Em alguns casos, a família descobre que a menina já teve relações sexuais e diz que ela precisa casar para não ‘viver em pecado’. E algumas meninas casam justamente para poder perder a virgindade, porque a sexualidade delas é controlada pela família”, afirma Santiago.

Consequências

Entre as consequências das uniões antes dos 18 anos mencionadas na pesquisa, o abandono escolar é uma das principais. Das 13 meninas entrevistadas, seis largaram os estudos.

Uma delas foi Juliana (nome fictício), 15, moradora de Codó, cidade de pouco mais de 120 mil habitantes no Maranhão, que decidiu se unir ao namorado, quatro anos mais velho, no fim de 2017.

“Larguei os estudos por causa da minha menininha. Mas vou voltar no próximo ano”, diz ela, que cursava o ensino fundamental. A filha tem hoje 9 meses.

A adolescente já estava grávida quando se casou, mas diz que isso não motivou a decisão. Segundo ela, a união, não formalizada em cartório, foi uma vontade dos dois, que só se vieram aos fins de semana.

Ela conheceu o companheiro em uma festa realizada todo ano na cidade. Trocaram telefones, começaram a conversar por meio de um aplicativo de celular e, em poucos meses, já estavam namorando. Foi o seu primeiro relacionamento sério.

Mais alguns meses de namoro e o rapaz a chamou para morar com ele. “E eu disse que queria”, conta. “Falei com minha mãe e meu pai e eles falaram que, se eu quisesse ir, podia.”

Juliana não se arrepende da escolha. Conta que a vida mudou pouco desde então, especialmente agora que voltou a morar na casa dos pais, que trabalham como lavradores —o companheiro conseguiu um emprego como ajudante de obras e está há um mês morando em outro estado.

A rotina da jovem consiste em ajudar a mãe nas tarefas de casa, cuidar da bebê, cozinhar as refeições e ir à igreja católica que frequenta. Sonha em terminar os estudos e viajar para fora do Maranhão. “Quero conhecer um lugar mais longe, que nunca fui, tipo São Paulo”, conta.

Outros desdobramentos do casamento infantil são aumento do serviço doméstico, exclusão do mercado de trabalho e restrição da liberdade, segundo o estudo. Em alguns casos, o matrimônio resulta em violência, psicológica e física contra a mulher, ponto mais mencionado por agentes públicos e lideranças locais do que por meninas nas entrevistas, já que se trata de um assunto sensível.

Há aquelas que se casaram mais cedo do que Juliana. Na pesquisa, dos 44 casos de uniões durante a adolescência, 16 ocorreram com meninas de idades entre 10 e 14 anos, o que por lei é considerado estupro de vulnerável. A pena para o crime, instituído em 2009, é de reclusão de 8 a 15 anos.

Em março, o presidente Jair Bolsonaro (PSL) sancionou uma lei que proíbe o casamento de pessoas de menos de 16 anos em qualquer circunstância. Antes, isso era possível em casos de gravidez e para evitar imposição ou cumprimento de pena criminal.

A expectativa é de que a pesquisa seja parte de um levantamento maior sobre a América Latina, que deve incluir também Bolívia, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Peru e República Dominicana.

Casamento infantil

Estudo mostra causas e consequências das uniões na adolescência

Principais motivações para o casamento

Gravidez

Desejo do casal

Lar conflituoso

Perda da virgindade

Afeto/amor

Desejo pela maternidade

Iniciativa do marido

+ Estupro de vulnerável: dos 44 casos de uniões na adolescência, 16 ocorreram com meninas de 10 a 14 anos, o que configura crime

- + O abandono escolar é uma das consequências das uniões precoces: 6 das 13 meninas casadas com menos de 18 anos largaram os estudos
- + Todos os entrevistados casados disseram não querer que seus filhos se casem cedo como eles

Fonte: Plan International

Júlia Zaremba e Marina Estarque

Casa da Mulher Brasileira divulga perfil das vítimas de violência no Ceará

Após um ano de funcionamento na Capital, complexo atendeu 16.630 mulheres. Levantamento aponta que a maioria delas vive em bairros periféricos, se considera parda e possui ensino médio completo

(Diário do Nordeste, 26/06/2019 - acesse no site de origem)

Obsessão. Descontrole. Autoritarismo. O comportamento do agressor deixa marcas no corpo e na alma, e pode ser o gatilho para o pedido de socorro. Em Fortaleza, 16.630 vítimas de violência doméstica ou patrimonial buscaram amparo na Casa da Mulher Brasileira. Além de sistematizar o número de atendimentos e, sobretudo, prestar assistência legal às mulheres, o complexo identificou o perfil delas: católicas, autodeclaradas pardas, solteiras, residentes da periferia, com ensino médio completo e renda mensal entre meio e três salários mínimos.

Os dados constam no balanço de um ano de funcionamento do equipamento, cuja inauguração aconteceu em 23 de junho de 2018. Doze meses depois, o saldo de acolhimentos aumentou 25%, uma vez que os 12.175 garantidos nos seis primeiros meses de 2019 já superam o acumulado de todo o ano passado (9.732). Ao todo, 21.907 atendimentos foram registrados, conforme levantamento da Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS), divulgado ontem.

Para chegar ao perfil das mulheres, a pasta tabulou itens como faixa etária, estado civil, religião, endereço, grau de escolaridade, salário, raça, cor e etnia. Assim, os maiores percentuais observados foram: 30% das vítimas têm de 25 a 34 anos, 56% são solteiras, 58% católicas, 27% moram na Regional V, 35% concluíram o ensino regular, 48% afirmaram receber entre meio e três salários mínimos, e 67% se declararam pardas.

Apesar de os índices mais elevados atingirem em sua maioria mulheres com menor retrato socioeconômico, a coordenadora da Casa da Mulher Brasileira, Daciane Barreto, considera que “a violência é democrática negativamente”. Isso porque a prática também repercute em outros segmentos, ainda que em baixa demanda: a exemplo dos 13% que possuem diploma de cursos de ensino superior e apenas 1% ganha mais de 5 salários mínimos por mês.

Ao mesmo tempo, Daciane Barreto vê com entusiasmo o crescimento das denúncias feitas por

mulheres jovens. “Estão vindo rompendo as amarras. Uma das questões que favorecem a violência, em todos os sentidos, é o silêncio, porque ele é cúmplice. A juventude cada vez mais tem consciência dos seus direitos”, diz, explicando ainda que as agressões registradas por viúvas (3%) também entraram na lista de tipificação do órgão, sendo caracterizadas por violência patrimonial, quando o comportamento agressivo ou opressor do então companheiro passa para os filhos.

Repasse

Vítimas que procuram a Casa da Mulher Brasileira recebem atendimento integrado, desde apoio jurídico a acompanhamento psicológico. Para que o ciclo de violência contra a mulher não continue, o amparo deve se estender além do espaço físico completo, através da oferta de cursos profissionalizantes. Para a coordenadora, a qualificação impulsiona a “autonomia econômica da mulher”.

Contudo, a partir do ano que vem, a titular da SPS, Socorro França, diz que há um indicativo de que o governo federal não garanta o repasse de verbas para o equipamento, o que, ainda assim, não deverá impossibilitar a continuidade dos serviços. “Ninguém sabe se o orçamento do ano que vem vai contemplar. Mesmo assim, o Governo do Estado vai continuar mantendo, através de custeio”.

Jornal Nacional destaca risco de mulheres que denunciam parceiros violentos e reatam a relação

Apesar de sofrer agressões, a mulher não se enxerga como vítima e acaba se submetendo a um relacionamento abusivo, explicam especialistas

(Jornal Nacional, 24/06/2019 - acesse no site de origem)

A violência doméstica contra mulheres costuma ser recorrente no Brasil. Apesar de sofrer agressões, a vítima não se enxerga como vítima e acaba se submetendo a um relacionamento abusivo.

A mulher levou 20 anos para registrar a primeira denúncia contra o marido: “Quebrava as coisas, rasgava as minhas roupas. Ele me batia, me derrubava no chão e dava chute”. Mas ela sempre perdoava: “E aí ele foi atrás de mim, falou que ia mudar, aquela história, né? Que se arrependeu e aí eu acabei caindo na lábia dele. Voltamos e depois voltou a agredir de novo”.

Ao todo foram três medidas protetivas, a última depois que o companheiro a ameaçou de morte e botou fogo na casa onde viviam. Hoje ela está num abrigo longe do agressor.

Histórias de violência se repetem. “Eu voltei porque, assim, eu acho que é aquela esperança, ele vai mudar”. Não mudou. “Ontem mesmo ele quase me atropelou de carro, eu de moto”.

Mas o que leva uma mulher a perdoar e voltar a viver com o agressor? “Eles pedem desculpa, falam que não vão fazer de novo, fazem promessas. Por acreditar que ele pode mudar, por acreditar que ele não é tão ruim assim”, afirma a psicóloga Daniele Oliveira.

Na Casa da Mulher Brasileira em Campo Grande, o número de medidas protetivas em vigor já passa de 5 mil. Só que, de 20% a 30% das mulheres, depois de um tempo, voltam à Justiça e pedem a revogação dessa medida. Mais de 1.300 já foram revogadas. Só que essas mulheres só recebem a revogação depois de passar por um psicólogo ou um assistente social.

São reuniões como uma terapia em grupo. “Após muito tempo de violência, perdem até a sua identidade. Não se reconhecem mais”, fala uma condutora dessas reuniões.

“E não é fácil você fazer uma denúncia contra uma pessoa que você amou, ou ama, que você acha que pode voltar a ser aquilo que se mostrava no início do relacionamento. É muito difícil para essa mulher ter uma atitude e realmente sair desse relacionamento abusivo”, explica a juíza Jaqueline Machado.

A delegada Joice Ramos explica que mais da metade das mulheres que procuram a delegacia já tinham denunciado ter sofrido violência: “A gente não pode condenar, não pode julgar. E, se ela vier aqui cinco, seis, sete vezes, nós vamos conceder medida para ela quantas vezes ela precisar”.

A Patrulha Maria da Penha, em Campo Grande, toda semana encontra vítimas com medidas protetivas que reataram com os agressores e não informaram. “Ela já tem vergonha de falar que apanhou, depois ela tem vergonha de falar que voltou. Mas, em sua maioria, é dependência emocional dessa mulher”, afirmou Nelis Ribeiro, comandante da Patrulha Maria da Penha.

A terapia de graça ajuda. O encaminhamento ao mercado de trabalho, também. Ester Pereira Dias, de 19 anos, se orgulha da mãe, a manicure Kelly Cristina Dias Pereira, que saiu de um relacionamento abusivo.

“É um exemplo de conquista, superação e eu levo isso para mim”, elogia Ester. “Eu sempre mostro para elas que você tem que se amar primeiro e ser bem resolvida”, afirma Kelly Cristina.

Violência contra a mulher: Defensoria Pública do Tocantins está pronta para meter a colher sim

Nudem na Defensoria Pública do Estado do Tocantins é um dos espaços de amparo para as pessoas vítimas de violência

(DPE-TO, 24/06/2019 - acesse no site de origem)

Ser vítima de violência não é uma situação esperada por nenhuma mulher. Ninguém imagina, planeja ou espera, mas quando isso acontece, há sempre muito medo, dor e tristeza. Criar coragem para denunciar e ir à delegacia não é fácil. Assumir ao mundo o que aconteceu também não, e reencontrar forças para seguir em frente e tomar importantes decisões contra o agressor muito menos. A Lei Maria da Penha estabelece que toda mulher tem direito à proteção social e do Estado, inclusive contra atos de violência sofridos no ambiente privado ou intrafamiliar. Contudo, mesmo após sete anos da sanção da Lei Maria da Penha, as mulheres ainda se sentem menores diante de um homem agressivo e violento.

Segundo a coordenadora do Núcleo de Defesa dos Direitos da Mulher (Nudem), a defensora pública Franciana Di Fátima Cardoso, o Brasil é o 5º país do mundo mais violento, enquanto o Tocantins ocupa o 8º lugar. De acordo com dados da Corregedoria da Defensoria Pública do Estado do Tocantins (DPE-TO), no ano de 2018 foram realizados 1.612 atendimentos de mulheres vítimas de violência doméstica. Os números apontam uma média de 6,83 atendimentos por dia útil, isso apenas na DPE-TO. As mulheres no Tocantins que foram vítimas de violência doméstica, seja ela física, psicológica, sexual, patrimonial ou qualquer outra mais, tem amparo na Defensoria Pública do Tocantins, por meio do Nudem.

Denuncie

Ajustando o ditado popular - “em briga de marido e mulher, muita gente mete sim a colher”-, além do Nudem, uma rede de proteção formada por delegacias, juizados e varas especializadas, casas-abrigo, centros de referência, serviços de saúde e órgãos do poder público e da Justiça estão à disposição para atender às vítimas. Os principais meios de denúncias relativas à violência doméstica é o “Ligue 180” e “Disque 190”, acionados gratuitamente. Em casos de violência sexual, a vítima deve procurar o Serviço de Atenção às Pessoas em Situação de Violência Sexual (Savis), que funciona no Hospital Maternidade Dona Regina, em Palmas.

Outra iniciativa é ir à Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam), registrar boletim de ocorrência, requerer as medidas protetivas de urgência e/ou representar criminalmente. A vítima pode comparecer ao Nudem da Defensoria ou à DPE-TO em sua cidade para receber orientações jurídicas e requerer representação criminal, bem como ações necessárias, como guarda de alimentos, divórcio, reconhecimento de união estável e danos morais e materiais, dentre outros.

Violência

De acordo com a defensora pública Franciana Di Fátima, a violência contra a mulher, seja doméstica ou nas ruas, ainda é muito elevada, principalmente para as que possuem menos instrução e consciência dos seus direitos. Ainda de acordo com os dados da Corregedoria, 67,3% dessas mulheres sobrevivem com até um salário mínimo por mês. Algumas delas sofrem violência patrimonial, tendo seus bens confiscados pelo marido ou companheiro. Ou sendo responsáveis sozinhas pelo sustento da casa e dos filhos. Nesse cenário, são comuns os atendimentos de casos reincidentes. “Há muitos casos em que a mulher desiste da medida protetiva por dependência financeira. Ela volta para casa somente porque o homem é o responsável pelo sustento do lar. A maioria das mulheres não tem emprego fixo e são subordinadas ao homem”, lembra a coordenadora do Nudem.

Muitas dessas mulheres chegam até a Defensoria Pública fragilizada, com medo e vergonha de contar a sua história. Na maioria das vezes, não conhecem a rede de apoio ou seus direitos, com medo de perderem a guarda dos filhos aos bens. Nestes casos, elas são atendidas emergencialmente pelo Nudem e, caso necessário, pela equipe multidisciplinar, que vai auxiliar a vítima nas orientações jurídicas e acesso à rede de apoio para que ela possa se recompor e superar a violência.

Psicóloga da DPE-TO, Dayelle Borges conta que trabalhar a autoestima como estratégia de enfrentamento ao fenômeno da violência doméstica é fundamental, uma vez que este tipo de trabalho está voltado para ampliar a percepção que essas mulheres possuem de si mesmas, de uma forma positiva, agregando maior valor e satisfação pessoal, bem como reconhecimento de suas potencialidades e capacidades para enfrentar as adversidades. “A autoestima envolve as crenças que essas mulheres têm sobre si mesmo e o reconhecimento de suas capacidades de amor próprio, mudança e autonomia, diante de seus processos de vida”, disse.

Ainda de acordo com a psicóloga, para superar os traumas, é necessário um trabalho de autoconhecimento e de aceitação das próprias particularidades. “É necessário estabelecer relações de ajuda nos âmbitos pessoal, social e também político, uma vez que há políticas públicas que buscam atuar diretamente nesta temática, utilizando-se de todos os recursos disponíveis para aliviar e superar suas limitações diante dos acontecimentos vividos”, conclui.

Recuperação

Além do atendimento com defensores, analistas, técnicos e a equipe multidisciplinar, a DPE-TO promove palestras, oficinas e rodas de conversas com o objetivo de enfrentar a violência contra o público feminino e conscientizar para a responsabilidade de todos na promoção dos direitos. Muitas das atividades são baseadas no círculo restaurativo, com a proposta de semear a cultura de paz, com o aprimoramento das habilidades necessárias para uma convivência mais humana e menos violenta, facilitando a resolução pacífica de conflitos, a prevenção e superação dos desafios, traumas e dificuldades cotidianas, contribuindo assim com a construção de uma serenidade para que as mulheres pudessem estar ainda mais preparadas para recomeçar.

Nudem

O Nudem é um núcleo especializado, instituído especialmente para atender às mulheres vítimas de violência. Entre as atribuições estão: prestar orientação e apoio de natureza sócio-jurídica; encaminhar os casos de acordo com as suas especificidades à rede de proteção e defesa da mulher; desenvolver ações de prevenção mediante atendimento especializado de

orientação e assistência jurídica, psicológica e social; e realizar estudos e pesquisas voltadas à temática, com vista à elaboração das políticas públicas dirigidas à proteção da mulher vítima de violência doméstica e familiar, dentre outros. A sede no Núcleo está no segundo andar da DPE-TO em Palmas e o telefone é 3218-1615.

Principais Formas de Violência Doméstica

- Humilhar, xingar e diminuir a autoestima;
- Controlar e oprimir;
- Expor a vida íntima;
- Atirar objetos, sacudir e apertar os braços;
- Forçar atos sexuais desconfortáveis;
- Impedir a mulher de prevenir a gravidez ou obrigá-la a abortar;
- Controlar o dinheiro ou reter documentos;
- Quebrar objetos pessoais.

Cinthia Abreu

[Uma cartilha para Zora de 'Greenleaf' - e todas nós, por Ana Paula Lisboa](#)

“Namoro legal”, publicação do Ministério Público, dá dicas para relacionamento saudável

[\(O Globo, 18/06/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Zora é das mulheres que a gente olha, mesmo de longe, e pensa: essa não vai passar sufoco. Ok, ser uma mulher negra já é um sufoco em si, mas há os sufocos que podem ser contornados se você nasce numa família rica, cresce numa comunidade negra, se você se entende como mulher negra desde cedo. Zora é assim.

Zora é jovem e bonita, tem os cabelos crespos e soltos. Zora faz piada, ameniza qualquer

ambiente tenso, tem o olhar de quem deseja o mundo e sabe que o mundo é possível.

Desde o início da série de TV “Greenleaf” Zora se tornou meu personagem preferido, então levei um susto quando assisti Zora sofrer a primeira agressão do namorado. Não foi nada demais, ele só a humilhou na frente dos amigos, disse que ela não era nada, que ela calasse a boca. Os amigos até acharam que ele foi um pouco grosso, mas esse era só mesmo o jeito dele.

Comemorei quando Zora foi embora, mas Zora voltou, voltou porque o namorado pediu desculpas, chorou, disse que aquele era o jeito dele e prometeu mudar, que aquilo nunca mais aconteceria. Aí Zora precisou disfarçar os primeiros hematomas do braço com maquiagem, porque nas discussões ele passou a segurar forte o seu braço. Um tempo depois, além de segurar o seu braço, ele passou a empurrá-la contra a parede, jogá-la no chão. Passou o tempo e não bastava mais empurrar, ele a imprensava contra a parede e apertava o seu pescoço.

Zora ia, mas voltava, voltava porque ele pedia desculpas, dizia que aquilo era porque ele a amava muito e perdia a cabeça por medo de perdê-la, que ela era tão maravilhosa que deixava ele louco.

Ver Zora apanhando me embrulhou o estômago de tal forma, houve dias em que foi difícil dormir depois de assistir a um episódio. Eu só pensava em responder em que momento a gente se acha tão vazia, tão pouco a ponto de aceitar relações assim. E não só essas, ao extremo, em que os hematomas aparecem, mas as outras, dos hematomas que ninguém vê.

Zora me lembrou de estar com os olhos abertos, pra mim e para as outras mulheres que me cercam, porque não importa se somos maravilhosas, livres, feministas, escritoras, ricas, jogadoras de futebol, pobres, escorpianas, pastoras, com 15, 31, 45 ou 67 anos. Nada nos blinda do abuso e da violência dentro das relações.

Mas claro, algumas de nós estão ainda mais vulneráveis. Foi pensando nisso que o Ministério Público de São Paulo lançou no Dia dos Namorados a cartilha “Namoro legal”. Parece óbvio, mas ela dá dicas como não confiar nas palavras e sim nas ações, não existe um código da “boa namorada”, não entregue a sua vida na mão de ninguém, mantenha os pés em terra firme, apesar da paixão, o seu amor não é capaz de mudar ninguém e, a minha preferida: se assegure do seu território.

No Brasil, em 2018, 42% das mulheres entre 16 e 24 anos sofreram violência, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Apesar do foco em gênero e idade ser importantíssimo, raça não pode passar despercebido. Meninas negras, especialmente as de pele mais escura, têm autoestima mais baixa, são preteridas e estão mais propensas a relações abusivas.

Muitas vezes a leitura é de que enfim encontram o “príncipe” que as escolhe apesar de todos os seus “defeitos”, e ficam mais expostas a violência, como se já não bastasse o racismo. Eu, como uma irmã de 13 anos, sigo atenta para que Zora seja cada vez mais ficção. Sigo atenta a mim. Siga atenta.

MPDFT promove seminário internacional sobre violência contra a mulher - Brasília/DF, 27/06/2019

Evento terá a participação de especialistas do Brasil e da Austrália

(MPDFT, 05/06/2019 - acesse no site de origem)

Estão abertas, até 21 de junho, as inscrições para o seminário internacional “Cooperação Brasil-Austrália na prevenção à violência contra a mulher”. A atividade, parceria do Núcleo de Gênero do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) com a Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) e a Embaixada da Austrália no Brasil, será realizada na Sede do MPDFT.

O seminário será realizado em 27 de junho e terá como objetivo identificar, desenvolver e compartilhar boas práticas e abordagens inovativas relacionadas à prevenção da violência contra a mulher. São oferecidas 300 vagas, sem custo.

Serão cinco painéis, com a participação de especialistas do Brasil e da Austrália, com tradução simultânea. Entre outros assuntos, serão abordados os custos econômicos e sociais da violência doméstica e familiar; os programas para autores de violência; o papel das delegacias especializadas de atendimento à mulher no combate e na prevenção da violência de gênero; e políticas de prevenção à violência doméstica para mulheres com deficiência.

O orientador pedagógico do curso, promotor de Justiça Thiago Pierobom, tem ótimas expectativas para o seminário: “Esta é uma oportunidade singular para a troca de experiências e a construção de canais de cooperação acadêmica e profissional. A Austrália tem se destacado em nível internacional quanto às políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher. Por outro lado, o Brasil também possui boas experiências, como a Lei Maria da Penha, a Lei do Femicídio e as delegacias, promotorias e juizados especializados no enfrentamento à violência contra a mulher”.

Serviço

Seminário internacional “Cooperação Brasil-Austrália na prevenção à violência contra a mulher”

Data: 27 de junho

Horário: das 8h30 às 17h30

Local: Auditório do MPDFT

[Edital](#)

[Programação](#)

[Currículo das palestrantes internacionais](#)

Inscrições até 21 de junho. [Clique aqui para se inscrever.](#)

Assessoria Especial de Imprensa

(61) 3343-9045 / 3343-6101/ 3343-9046/ 99149-8588